

PROGRAMA PUEBLOS MÁGICOS DO MÉXICO: TRAJETÓRIA, RESULTADOS POSITIVOS E FRAGILIDADES.

DAIANE ESTACIO DA SILVA TAVARES¹

ORCID – 0000-0003-3346-8542

ISABELA DE FÁTIMA FOGAÇA²

ORCID – 0000-0003-1704-5435

Recebido em 08.06.2024

Aprovado em 03.09.2024

Resumo

O Programa Pueblos Mágicos do México, criado em 2001, tornou-se uma política pública nacional que busca fomentar a atividade turística em pequenas e médias cidades, visando o planejamento do setor, o ordenamento territorial e, principalmente, o desenvolvimento socioeconômico da população local por meio do turismo. Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória do Programa Pueblos Mágicos desde sua criação, identificando os pontos positivos que contribuíram para o desenvolvimento turístico dessas localidades, bem como as fragilidades que podem ter impactado a sua eficácia. O percurso metodológico partiu de pesquisas documentais em órgãos oficiais de turismo e pesquisa bibliográfica. Os resultados da análise evidenciaram a importância do programa para a diversificação da oferta turística mexicana, preservação do patrimônio, desenvolvimento socioeconômico local, entre outros benefícios. No entanto, foram encontradas as seguintes fragilidades: aumento da violência e insegurança, gentrificação, empregos mal remunerados, privatização maquiada de patrimonialização, dentre outros. Espera-se que o estudo contribua para uma visão abrangente dos impactos do programa.

Palavras-chave: Turismo. Políticas Públicas. Pueblos Mágicos. México.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Mestre em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutoranda em Turismo pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. estaciодаiane@gmail.com

² Bacharel em Turismo, Licenciada em Geografia, Mestre em Turismo e Hotelaria, Doutora em Geografia. Professora no Programa de Patrimônio, Cultura e Sociedade / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. isabelafogaca@ufrj.br

MAGICAL TOWNS OF MEXICO PROGRAM: TRAJECTORY, POSITIVE RESULTS AND WEAKNESSES.

Abstract

The Magical Towns of Mexico Program, created in 2001, has become a national public policy that seeks to promote tourist activity in small and medium-sized cities, aiming at sector planning, territorial ordering and, mainly, the socioeconomic development of the local population through tourism. This article aims to analyze the trajectory of the Magical Towns Program since its creation, identifying the positive points that contributed to the tourist development of these locations, as well as the weaknesses that may have impacted its effectiveness. The methodological path started from documentary research in official tourism bodies and bibliographical research. The results of the analysis highlighted the importance of the program for the diversification of the Mexican tourist offer, preservation of heritage, local socioeconomic development, among other benefits. However, the following weaknesses were found: increased violence and insecurity, gentrification, low-paying jobs, privatization disguised as patrimonialization, among others. The study is expected to contribute to a comprehensive view of the program's impacts.

Keywords: Tourism. Public policy. Magical Towns. Mexico.

1. INTRODUÇÃO

No México, o setor de viagens e turismo tem uma participação de 15,5% no Produto Bruto Interno (PIB) (Lohmann *et al.*, 2022). De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o México está entre os 10 principais destinos turísticos mais visitados do mundo, sendo o único país da América Latina a ocupar essa posição. No ano de 2017, o país ocupou o sexto lugar, e no ano de 2018 e 2019, o sétimo lugar (OMT, 2019).

O México conta com 35 lugares inscritos na lista de Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dos quais 27 são bens históricos, 6 naturais e 2 mistos; ademais de 5 Patrimônios Culturais Imateriais; o que torna o país que mais possui Patrimônios da Humanidade em todo o continente americano e o sétimo a nível mundial, posicionando-se atrás da Itália, China, Espanha, Alemanha, França e Índia (UNESCO, n.d).

No terceiro semestre de 2019, período anterior à pandemia da COVID-19, o setor de turismo representou 8,8% do total de empregos no país, resultando em 4 milhões e 379 milhões de empregos (DATATUR, 2019). Esse conjunto de dados evidencia a importância

do turismo no país, seja para oportunizar o desenvolvimento econômico ou para a valorização e preservação dos seus patrimônios culturais e naturais.

O seu potencial turístico tem sido reconhecido pelo poder público, o que tornou o turismo um dos eixos prioritários de desenvolvimento nacional. Conseqüentemente, algumas políticas públicas e iniciativas se pautaram neste discurso, resultando em programas específicos como o programa *Pueblos Mágicos* do México, implementado em 2001 (Flores-Romero *et al.*, 2021).

O programa tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de pequenas e médias cidades que sempre estiveram no imaginário coletivo do México, pois, são lugares cheios de características culturais e históricas que representam a identidade mexicana, com potencialidades para se tornarem novas e variadas alternativas para os turistas nacionais e internacionais (México, 2021). O programa mexicano se tornou um referencial e despertou o interesse de outros países em implementá-lo nos seus territórios, como fez a Argentina, Colômbia, Panamá, Guatemala, Bolívia, Paraguai, Equador, Peru, Chile, Honduras, Salvador e Espanha³ (Flores-Romero *et al.*, 2021).

No contexto acadêmico, de acordo a análise bibliométrica de Flores-Romero *et al.* (2021), nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, as pesquisas sobre o Programa *Pueblos Mágicos* se concentram, principalmente, nas seguintes linhas: a) patrimônio cultural, recursos culturais, recursos herdados e turismo cultural, com 13 artigos; b) o programa como política pública, com 10 artigos. Tal análise levou os autores a concluir que essas são linhas de pesquisa incipientes, considerando o número de artigos publicados. Sendo fundamentais novos estudos sobre o tema.

Entre os estudos realizados, destaca-se o de Poncela (2016) que tem como objetivo analisar as características e os resultados do programa. Contudo, a investigação é de 2016 e, após esta data, o programa sofreu mudanças, o que justifica a presente pesquisa. Portanto, tem-se como questão norteadora: como a trajetória do Programa *Pueblos Mágicos* no México se desenvolveu ao longo do tempo?

Para responder à questão, a pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória do Programa *Pueblos Mágicos* desde sua criação, identificando os pontos positivos que

³ Alguns países mantiveram a nomenclatura *Pueblos Mágicos*, enquanto outros não, como a Red de Pueblos Patrimonio de Colombia, I borghi piùbelli d' Italia e Los Pueblos más bonitos de España.

contribuíram para o desenvolvimento turístico dessas localidades, bem como as fragilidades que podem ter impactado a sua eficácia. O estudo de políticas públicas é necessário para melhorar a sua efetividade no contexto do turismo, promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais e maximizar os benefícios do turismo para todas as partes interessadas envolvidas. Dessa forma, é importante verificar as avaliações de impacto, identificar boas práticas, corrigir fragilidades e fornecer dados para uma tomada de decisão informada.

Nesse sentido, a metodologia adotada para a elaboração desta investigação teve caráter bibliográfico, fazendo-se o uso de materiais publicados em artigos científicos, livros e rede eletrônica (Vergara, 2009). Além da revisão de literatura, foi realizada pesquisa documental, em sites e documentos oficiais do México; o que classifica a abordagem desta pesquisa como qualitativa. O artigo está estruturado da seguinte forma: Introdução; Revisão da literatura sobre Políticas Públicas de Turismo e o Programa *Pueblos Mágicos*; Metodologia; Resultados e discussão com foco nos efeitos positivos e fragilidades identificadas; e Conclusão.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Políticas Públicas de Turismo

As políticas públicas têm papel fundamental na sociedade. Não existe uma única definição sobre o que seja uma política pública (Souza, 2006). Segundo Dias e Matos (2003), a palavra *Policy* oriunda do idioma inglês é a que define melhor o significado de política pública, compreendida como uma ação advinda do governo que tem por objetivo a ordem, buscando providenciar ações que atendam às necessidades da coletividade, em diferentes campos de atuação. Rua (2012, p. 17) também conceitua a palavra *Policy* como “[...] a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política”. Dessa forma, políticas públicas resultam na formulação de proposições, programas, leis, projetos, entre outros elementos importantes para a tomada de decisões da esfera pública.

Diante das transformações sociais, culturais, econômicas e espaciais que o turismo pode trazer à sociedade, para desenvolvê-lo de forma sustentável é preciso planejamento que fundamentem as políticas públicas. Segundo Cruz (2002, p.40), uma política pública de turismo pode ser definida como “[...] um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias

estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público”, cujo objetivo geral é alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento do turismo em um território.

As políticas públicas asseguram que um país receba os visitantes de forma adequada, e que os benefícios se multipliquem nos setores afetados pelo turismo receptivo, reduzindo seus impactos negativos (Pérez-Ramírez; Antolín-Espinosa, 2016). Portanto, a implementação de uma política pública de turismo é a espinha dorsal para o desenvolvimento turístico de uma localidade e seus produtos, que ascendem aos resultados esperados (Beni, 2001). Dessa forma, é competência dos órgãos públicos a determinação de prioridades, administração de recursos, determinação de diretrizes e fornecimento de facilidades. Além disso, também devem atuar como elo entre a comunidade e a iniciativa privada para a coordenação das ações de desenvolvimento do turismo (Baptista; Pocinho; Nechita, 2019).

Ao compreender a política pública de turismo com abordagem na colaboração e cooperação entre diferentes pessoas, González (2013) conceitua como política turística o conjunto de ações que impulsionam atores governamentais, em colaboração com não-governamentais, para o cumprimento de objetivos diversos no que tange o desenvolvimento do turismo. Com isso, o diálogo com a população residente, bem como o fomento à participação democrática também são competências dos órgãos públicos.

Assim, as políticas não devem ser formuladas e trabalhadas de forma aleatória, pois, dessa forma, não alcançará resultados satisfatórios. De acordo com Souza (2018, p. 16.), a coordenação de políticas públicas é a “organização de todas as atividades, com o objetivo de alcançar consenso entre indivíduos e organizações para o atingimento dos objetivos de um grupo”, o que, segundo Trentin (2014) exige planejamento em conjunto e canais de comunicação.

Souza (2018) afirma que a coordenação de políticas pode ser horizontal (intragovernamental), no que tange à colaboração e interação entre diferentes órgãos ou agências governamentais que estão no mesmo nível de governo; e vertical (intergovernamental), referindo-se à interação entre diferentes níveis de governo, como federal, estadual e municipal.

Para melhor compreensão e prática sobre a criação destas políticas, Secchi (2012) apresenta um ciclo de construção de políticas públicas, composto pelas seguintes fases:

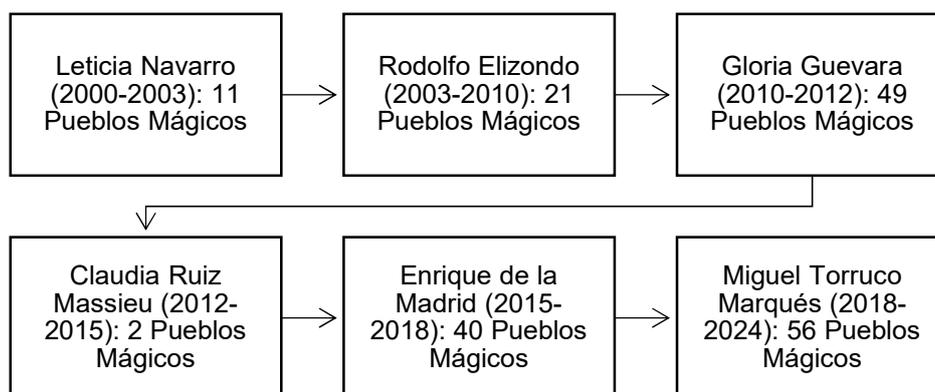
identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação; e extinção. Assim, também podemos aplicar tal ciclo à construção de políticas públicas de turismo, que devem visar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade. O Programa *Pueblos Mágicos* é uma política pública de turismo do México, que visa o desenvolvimento para além do econômico no país. Na próxima seção são abordados o programa e os seus principais objetivos.

2.2 O Programa *Pueblos Mágicos*

Em 2001, Vicente Fox assumiu o cargo de presidente dos Estados Unidos do México, no qual permaneceu até o ano de 2006. Durante o seu mandato, um dos principais objetivos de sua gestão foi fomentar o turismo cultural em diferentes lugares do México, como estratégia para desenvolver o país. É nesse contexto que surge o Programa *Pueblos Mágicos*, como um desdobramento do Programa Nacional de Turismo 2001-2006, por iniciativa do Subsecretário de Operação Turística da época, Eduardo Barroso Alarcó (García, 2013).

Com a implementação desta política no país, as primeiras localidades que receberam a nomenclatura, *Pueblo Mágico*, foram: Huasca de Ocampo, no estado de Hidalgo; Real de Catorce, em San Luis Potosí; e, Mexcaltitán, em Nayarit. Logo após as primeiras nomeações, o número de cidades incorporadas ao programa cresceu exponencialmente (México, 2020a), como se verifica na figura 1, de acordo com cada gestão presidencial:

Figura 1- Levantamento da expansão do programa ao longo dos anos.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Durante a gestão de Enrique de la Madrid (2015-2018) foram excluídas duas cidades da listagem: Mexcaltitán, do estado de Nayarit, e San Miguel de Allende, de Guanajuato.

Esta última por ter sido declarada Cidade Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Portanto, totalizou 121 cidades. Atualmente, em todo o país existem 177 Pueblos Mágicos, localizados em 32 municípios de 31 estados.

Assim, o Programa *Pueblos Mágicos* tem relação direta com o eixo da Política Nacional Turística que visa impulsionar o México como um destino turístico de classe mundial, por meio da promoção da riqueza patrimonial, material e imaterial do país, tendo em vista a coordenação interinstitucional e com estados e municípios para valorização dos atrativos locais (México, 2014). Desde 2002, um convênio geral de colaboração instituído entre a Secretaria de Turismo (SECTUR) e outros órgãos e instituições, com o objetivo de apoiar a elaboração, desenvolvimento, cooperação, execução e avaliação dos resultados do Programa *Pueblos Mágicos*, envolve inúmeras secretarias e instituições que têm relação direta e/ou indireta com o turismo. Neste caso, numa coordenação intragovernamental (Souza, 2018), como se observa na figura 2:

Figura 2 - Convênio geral de colaboração entre a SECTUR e outros órgãos e instituições.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Para obter a nomeação de *Pueblo Mágico*, as cidades devem se sujeitar aos processos de *Incorporacion* e *Permanencia* (incorporação e permanência) (México, 2014),

e, para uma cidade receber a nomeação e fazer parte do programa, é necessário cumprir alguns requisitos pré-estabelecidos na convocatória (México, 2014).

As etapas de incorporação podem ser visualizadas na figura 3 a seguir:

Figura 3 - Etapas para a incorporação ao Programa *Pueblos Mágicos*.

1° Etapa: Envio de documentação

- Documento comprobatório da existência de uma área ou unidade administrativa oficial, responsável pela atenção ao turismo na localidade aspirante;
- Base de dados de prestadores de serviços turísticos;
- Inventário de recursos e atrativos turísticos da localidade e município aspirante (destaque às propriedades declaradas ou suscetíveis de serem classificadas como uma área de monumentos históricos por algumas instituições de nível estadual ou federal);
- Dados e informações georreferenciadas sobre as condições de conectividade, comunicação e proximidade aos centros de distribuição urbana (distância em quilómetros e/ou tempos de viagem), e
- Plano ou Programa Municipal de Desenvolvimento Turístico.

2° Etapa: Envio de documentação

- Integração formal de um comitê;
- Aprovação do Cabildo da Incorporação no Programa Pueblos Mágicos;
- Aprovação e ponto de acordo do Congresso do Estado, em que os recursos orçamentários são estabelecidos para atribuir à cidade aspirante;
- Recursos orçamentários atribuídos ou para atribuir para o desenvolvimento do turismo na cidade aspirante;
- Programas e ações governamentais que afetam o desenvolvimento do turismo na cidade aspirante, com uma projeção mínima de 3 anos;
- Regulamentos municipais atuais, com impacto no desenvolvimento do turismo;
- Evidência da atração simbólica da cidade aspirante;
- Descrição dos serviços de saúde e segurança pública para atendimento turístico, se necessário, em uma situação de emergência;
- Investimento privado e social para o desenvolvimento do turismo da cidade aspirante e
- Os outros aspectos que o Secretariado considera relevantes para a atividade turística.

3° Etapa: Visitas técnicas às localidades aspirantes

- A Secretaría, através da Subsecretaría de Innovación y Desarrollo Turístico, programará Visitas Técnicas a cada localidade aspirante para constatar o desenvolvimento físico e turístico.
- As pessoas que fazem as visitas técnicas emitirão um documento sobre o turismo na localidade, com pelo menos as seguintes seções: dados dos participantes; objetivos; avaliação de localidade aspirante; opinião e recomendações, e assinaturas dos participantes.

Fonte: Elaboração própria com base no México, 2014.

Por fim, quando a cidade alcança a nomeação, todas as autoridades municipais e os membros dos comitês recebem oficinas de capacitação (México, 2014).

É interessante mencionar que a aceitação de uma cidade como *Pueblo Mágico*, não garante a sua nomeação para sempre. Anualmente, é realizada uma nova avaliação de cada localidade inserida no programa, que se divide em duas fases: i) entrega de documentos para a SECTUR; ii) avaliação do desempenho turístico da localidade, realizada pela *Dirección General de Gestión de Destinos*, que avalia os seguintes aspectos: oferta turística; demanda turística; caracterização da população; acesso a serviços públicos; profissionalização e certificação; segurança; marketing; quadro regulamentar, e resultados e satisfação (México, 2014). Com base nesses resultados, é emitido ou não o certificado de permanência.

O Programa *Pueblos Mágicos* se tornou um dos principais programas de turismo do país, pois compreende a atividade turística como uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico para as pequenas e médias cidades. Segundo a SECTUR (México, 2014),

Un Pueblo Mágico es una localidad que tiene atributos simbólicos, leyendas, historia, hechos trascendentes, cotidianidad, en fin magia que te emanan en cada una de sus manifestaciones socio-culturales, y que significan hoy día una gran oportunidad para el aprovechamiento turístico (México, 2014, p.1).⁴

Os *Pueblos Mágicos* proporcionam ao visitante a experiência de conhecer a história e a cultura local, a fim de experimentar a “magia” que há nesses povoados. Com isso, a palavra *pueblear* se tornou recorrente no país, pois é compreendida como a ação de sair de viagem para esses *Pueblos Mágicos* e conhecer novas culturas.

Segundo Poncela (2016), a principal missão do programa é contribuir para o crescimento econômico, e, também, envolver camadas sociais que estiveram, durante muitos anos, segregadas e distantes das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, não sendo tratadas como prioridade; especialmente, porque a maioria das populações dos municípios contemplados contam com indígenas e outros povoados tradicionais, que também precisam ser inseridos na sociedade como indivíduos que têm voz e que necessitam se desenvolver economicamente, o que é visto como uma oportunidade de desenvolvimento para a comunidade local (Oehmichen Bazan; Maza Cabrera, 2019).

⁴ Uma Cidade Mágica é uma cidade que possui atributos simbólicos, lendas, história, acontecimentos transcendentais, cotidiano, enfim, magias que emanam de cada uma de suas manifestações socioculturais, e que hoje significam uma grande oportunidade para o turismo (México, 2014, p.1).

Assim, além de inserir a comunidade local, os indivíduos que representam as micro, pequenas e médias empresas de turismo são estimuladas a participar de oficinas de capacitação para receber certificados de qualidade concedidos pela SECTUR (Levi, 2018).

De acordo com Rosas-Jaco, Almeraya-Quintero e Guajardo-Hernandez (2017), a participação ativa da população local traz diversos benefícios para a comunidade, porque permite o bom uso dos recursos e promove o desenvolvimento econômico. No programa *Pueblos Mágicos*, um dos compromissos estabelecidos pela SECTUR é que a sociedade civil organizada represente a voz da comunidade diante das autoridades governamentais. Logo, sua estratégia para alcançar êxito está pautada na participação comunitária, sendo assim, as conquistas são resultados do trabalho que a própria comunidade realiza (Poncela, 2016).

Portanto, são os atores locais que devem traçar metas e diretrizes o desenvolvimento dos *Pueblos Mágicos*, fazer o bom uso dos recursos e traçar estratégias para manter suas riquezas em seu território nacional, e não apenas destiná-las às cadeias internacionais e seus países de origem. Diante desse contexto, o programa *Pueblos Mágicos* contribui para a valorização da cultura, dos saberes e patrimônios mexicanos. O primeiro objetivo do programa revela a intenção de conservar e valorizar o patrimônio cultural tangível e intangível, por meio da estruturação da oferta turística complementar e diversificada para além dos centros turísticos, mas, também, para o interior do país, baseada nos elementos singulares e histórico-culturais.

Para Siqueira e Dias (2013), a identidade nacional e a memória podem ser concebidas por meio do patrimônio nacional, através do imaginário dos indivíduos que compõem uma sociedade. A pluralidade de experiências locais, os valores identitários e o imaginário mencionado têm atraído turistas, reconfigurando e formatando os patrimônios em novos produtos e ofertas turísticas, o que pode impactar positivamente ou negativamente uma cultura.

No que tange à culinária, os destinos turísticos, incluindo os *Pueblos Mágicos*, também se beneficiam. Para Flagliari (2005, p. 15), o turismo e a alimentação estão interligados, especialmente a culinária local que se destaca por ser “[...] uma forma de conhecer novas culturas e hábitos [...]”. A gastronomia não é mais considerada somente um elemento na promoção de um destino turístico, mas tem se tornado a principal motivação dos turistas na hora de escolher o lugar de visitação (Uribe; Avalos; Villa, 2017).

No México, a culinária nacional e as bebidas típicas fazem parte do cenário cultural e os turistas também querem fazer parte desse imaginário. E os *Pueblos Mágicos* são ricos na oferta gastronômica local, juntamente com o imaginário da “magia” que o tema imprime ao lugar.

Em relação às contribuições sociais nas localidades inseridas no programa, é possível mencionar o caso de Metepec. Em 2012, a cidade foi incorporada ao programa e, desde então, tornou-se um destino turístico cultural que atrai visitantes e turistas motivados a conhecer o seu artesanato, em específico a cerâmica. Os homens sempre dominaram a arte da cerâmica nesta localidade, mas as mulheres têm se destacado no mercado e desenvolvido habilidades comerciais. Esse resultado é oriundo do intercâmbio comercial e das interações com os turistas, que contribuem para o enriquecimento do processo de vendas e dá novas oportunidades às mulheres. Além disso, elas contribuem na produção artesanal com o suporte em ornamentos, pintura, decoração e com o toque feminino nos produtos (Vizcaino-Suárez; Serrano-Barquín; Cruz-Jimenéz, 2017).

No entanto, o Programa *Pueblos Mágicos* também apresentou fragilidades no que tange o cumprimento de seus objetivos e benefícios prometidos à sociedade. Poncela (2016) aponta o aumento do fluxo turístico nas cidades mágicas que, conseqüentemente, traz consigo problemas como a insegurança, o aumento dos preços, da poluição e do tráfego de veículos. Essas mudanças advindas do fluxo de turistas atingem a comunidade local, diretamente ou indiretamente.

Hernandez-López (2009) destaca em seu estudo sobre a cidade de Tequila, um *Pueblo Mágico*, no estado de Jalisco, uma privatização maquiada a partir da patrimonialização na cidade. O autor questiona o valor cobrado do turista para visitar os lugares considerados patrimônios mexicanos, e afirma que o turismo na cidade se resume a visita de algumas fábricas tequileiras, consideradas as mais antigas na região, sem levar o visitante a conhecer outros pontos turísticos da cidade, tampouco a questionar os impactos ambientais causados pelas próprias fábricas. Dessa forma, a renda fica concentrada nas mãos de alguns e não gera efeito multiplicador que beneficiaria outros indivíduos e grupos econômicos.

Outro impacto causado pelo crescimento do turismo é o aumento dos índices de alcoolismo e o uso de drogas nos *Pueblos Mágicos* de Malinalco. Em seu estudo,

Maldonado e Ramírez (2015) consideraram o turismo na cidade como uma “invasão”, porque a atividade turística trouxe consigo a chegada de novos moradores, novas culturas e realidades sociais e econômicas diferentes dos que ali se vivia.

Os autores citam o aumento da criminalidade devido ao surgimento de gangues que cometem assaltos, roubos, e outros tipos de violência. Ademais, em função da atividade econômica demandada pelos visitantes e a chegada de empresários externos com o desejo de empreender, muitos moradores alugaram ou venderam as suas propriedades, e os moradores que permaneceram passaram a ser atuar apenas como mão de obra para o turismo em grandes empreendimentos. Dessa forma, essa “invasão” fez com que os locais não tivessem muitas opções de escolha diante de tantas mudanças que impactaram as suas vidas.

Em destinos próximos às grandes cidades, uma das dificuldades encontradas pelos *Pueblos Mágicos* foi a insuficiência de produtos turísticos que fizessem o destino superar excursionismo, como é o caso de San Pedro Tlaquepaque, no estado de Jalisco (San Pedro Tlaquepaque, 2017).

3. METODOLOGIA OU MATERIAIS E MÉTODOS

O percurso metodológico escolhido se deu a partir da pesquisa bibliográfica que resulta em um conjunto organizado de procedimentos, que favorece a captação de informações e dados dispersos em diferentes publicações, livros, artigos, anais de congressos e outros (Gil, 1994). Todos os procedimentos adotados auxiliam o pesquisador a formar um quadro conceitual para investigação das soluções diante do seu objeto de estudo.

Assim, para auxiliar na compreensão sobre a aplicabilidade do programa, os seus resultados e desafios, foram considerados estudos que abordaram os *Pueblos Mágicos* em suas investigações, mas sem se limitar a eles. Inicialmente, as bases de dados utilizadas foram: Scopus, Publicações em Turismo e o Google Acadêmico. Nos idiomas português, inglês e espanhol; sem o uso de recorte temporal. Identificou-se artigos que tratam da trajetória do programa, assim como aqueles que utilizam o método estudo de caso. Foram selecionados 13 artigos, como estão no quadro 1:

Quadro 1 - Artigos utilizados na pesquisa.

Título	Autor (es)
<ul style="list-style-type: none"> • Tequila: centro mágico, pueblo tradicional. ¿Patrimonialización o privatización?. • La formulación de las políticas públicas de turismo en México. El caso del programa federal “Pueblos Mágicos” 2001-2012 • Patrimonialización, desarrollo, gobernanza y gubernamentalidad en Malinalco, Pueblo Mágico. • Una revisión del programa Pueblos Mágicos • Seizing community participation in sustainable development: Pueblos Mágicos of Mexico. • Los comités pueblos mágicos y el desarrollo turístico: Tepetzotlán y El Oro, Estado de México. • Turismo, alfarería y trabajo femenino en el Pueblo Mágico de Metepec. • Las territorialidades del turismo: el caso de los Pueblos Mágicos en México • Relational dynamic in magical towns of Mexico. Study of the implications of tourism policy based on social networks analysis. • Turismo, pueblos indígenas y patrimonio cultural en México y Chile • Análisis de la competitividad de los pueblos mágicos de México como destinos turísticos • Bibliometric mapping of research on magic towns of Mexico • The gentrifying role of the "Pueblos Mágicos" Program. The case of San Pedro and San Andrés Cholula, Puebla 	<ul style="list-style-type: none"> • HERNÁNDEZ LÓPEZ, José de Jesús • GARCÍA, Mario Alberto Velázquez • MALDONADO, María Royuela; • RAMÍREZ, Irma Luz • PONCELA, Anna María Fernández. • CLAUSEN, Helene Balslev; GYIMÓTHY, Szilvia. • ROSAS-JACO, M. Isabel; ALMERAYA-QUINTERO, S. Xochilt; GUAJARDO-HERNÁNDEZ, L. • VIZCAINO SUÁREZ, Laura Paola et al. • LEVI, Liliana López • RODRIGUEZ HERRERA, Ismael Manuel et al. • OEHMICHEN BAZAN, C.; MAZA CABRERA, F. • PÉREZ-ROMERO, M. E.; FLORES-ROMERO, M. B.; ÁLVAREZ-GARCÍA, J. Del Río-Rama, M. D. C • FLORES-ROMERO, M. B. et al. • HERNÁNDEZ FLORES, José Álvaro

Fonte: Elaboração própria, 2024.

No caso do programa mexicano, foi preciso recorrer, também, à pesquisa documental. Triviños (1987) reconhece que a análise documental fornece ao pesquisador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações e dados, por meio de leis e documentos oficiais. Diante disto, foram analisadas as principais leis e políticas de turismo do México, bem como a legislação que regula o programa *Pueblos Mágicos*, os decretos, portais de transparência e notas oficiais dos órgãos responsáveis pelo turismo no país.

Dessa forma, a pesquisa por ter um caráter bibliográfico e documental, caracteriza-se como descritiva, tendo como objetivo primordial a descrição do Programa *Pueblos Mágicos* e a sua trajetória até os dias de hoje (Gil, 2002). No entanto, além de descrever o

programa é feito uma análise dos dados encontrados nos documentos oficiais e na literatura, o que caracteriza a pesquisa também como analítica.

Como coleta de dados, realizou-se uma análise de documentos e da bibliografia levantada, cruzando os dados a fim de responder à questão norteadora. A partir dos dados coletados foi feita uma análise qualitativa visando alcançar o principal objetivo deste trabalho. Minayo (2003, p. 22) conclui que “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.” Com isso, foi possível realizar uma análise qualitativa do Programa *Pueblos Mágicos* do México, desde a sua criação, em 2001, até os dias atuais.

4. RESULTADOS

4.1 Trajetória do Programa Pueblos Mágicos

Durante o período de 2001-2018, de modo geral, o governo federal apoiou financeiramente os *Pueblos Mágicos* por meio de subsídios, o que foi essencial para o início e para a continuidade do programa, visto que, as pequenas e médias cidades possuem carências de investimentos para, de fato, desenvolver o turismo em seus territórios.

No ano de 2015⁵, iniciou-se o *Programa Pueblos Mágicos y Destinos Prioritarios* (PROMAGICO), concedendo aos destinos nomeados *Pueblos Mágicos* subsídios cujo objetivo era fortalecer a oferta turística desses locais e melhorar a sua capacidade competitiva (México, 2018). Em 2016, fundiram-se os programas PROMAGICO com o PRODERETUS, criando assim o *Programa de Desarrollo Regional Turístico Sustentable y Pueblos Mágicos*, conhecido como PRODERMAGICO. O programa tem cobertura nacional e abrange outros municípios relevantes para o turismo no país, principalmente, os que são *Pueblos Mágicos*. Os subsídios são outorgados para as entidades federativas a fim de contribuir com o desenvolvimento turístico dessas localidades, concomitante ao *Plan Nacional de Desarrollo do México* em vigência (México, 2018).

⁵ No ano de 2013, a SECTUR começou a operar, pela primeira vez, um programa de subsídios com finalidades turísticas, nomeado de “Apoyos para el Desarrollo de la Oferta Turística”. Em 2014, criou o Programa para el Desarrollo Regional Turístico Sustentable (PRODERETUS) para substituir o anterior, e seu diferencial foi o início do mecanismo de concessão de recursos através de regras de operação (SECTUR, 2018).

Segundo os dados oficiais, foram destinados 5,795 milhões de pesos mexicanos para os *Pueblos Mágicos*, dos quais 49% correspondem a subsídios federais, enquanto o restante corresponde a contribuições estaduais e municipais. De acordo com o atual governo federal (2018-2024), o programa falhou no cumprimento dos seus objetivos, porque cerca de 99% dos recursos foram investidos no desenvolvimento de infraestrutura e serviços, reabilitação ou criação de lugares de interesse turístico e equipamentos, deixando em segundo plano o investimento em inovação, formação e qualidade (México, 2020a).

Dessa forma, o governo atual reconheceu que uma nova estratégia de investimentos deve ser definida, o que levou ao fim o recurso através do PRODERMÁGICO, afetando diretamente a infraestrutura dos *Pueblos Mágicos*, mas não retirando a sua nomenclatura (México, 2019b). Após a revisão do programa em análise, o governo federal dispôs de uma nova legislação que busca desenvolver uma nova visão para os *Pueblos Mágicos*, nomeada de *Estratégia Nacional de Pueblos Mágicos*. Com um viés mais socioeconômico e sustentável, os novos objetivos estão pautados no respeito pelos direitos humanos no turismo, bem-estar dos residentes e trabalhadores dos *Pueblos Mágicos*, conservação do patrimônio, promoção de um desenvolvimento justo e equilibrado, democratização dos benefícios do turismo nos destinos receptores e o incentivo à inovação e ao marketing.

Ainda dentro desta nova legislação, os requisitos para incorporação e permanência dos *Pueblos Mágicos* também foram alterados. O estado que tiver ao menos uma cidade nomeada, deve implementar a Estratégia Nacional. Esse documento deve apresentar um diagnóstico dos *Pueblos Mágicos* do estado, o alinhamento com as políticas de turismo federais, objetivos/estratégias e linhas de ação com a finalidade do bem-estar social e o desenvolvimento sustentável das cidades inseridas no programa, além de indicadores e metas (México, 2020a). Nota-se que o poder público tem se preocupado com as questões sociais e sustentáveis, ignoradas durante 17 anos de vigência do programa.

Além do papel do estado, o município também deve contar com um Programa Municipal de Turismo, alinhado às políticas nacionais. É interessante apontar a tentativa de coordenar as políticas públicas nos diferentes âmbitos, nacionais, estaduais e municipais. Portanto, embora houvesse a coordenação horizontal das políticas públicas e gestão do

turismo, os resultados não foram alcançados por causa da ausência de coordenação vertical e integração entre os diferentes níveis de governo.

Em relação à nomeação de novos *Pueblos Mágicos*, criada em 2018, cabe mencionar que a administração atual, desde então, não havia feito nenhuma convocação para o ingresso de novas cidades ao programa. Apenas em dezembro de 2020, após a apresentação da estratégia nacional, publicada em outubro daquele ano, e um processo técnico rigoroso, 11 novos *Pueblos Mágicos* foram aceitos e anunciados, totalizando 132 cidades (México, 2020b). E, no ano de 2023, mais 45 cidades foram incorporadas ao programa.

Para a permanência dessas localidades no programa, a SECTUR realizará avaliações específicas que resultará em publicações anuais por meio do *Observatório Turístico de Pueblos Mágicos*. A SECTUR pode coordenar essa avaliação diretamente com os estados e municípios, ou estabelecer consultas com instituições de ensino, organizações ou especialistas nacionais e internacionais. A existência de um comitê cidadão ainda é uma exigência e critério para a permanência de cidades no programa, e tem por objetivo garantir a inclusão de todos os setores envolvidos com a atividade turística.

No que tange aos direitos e deveres, a SECTUR não aponta a existência de concessões financeiras, apenas benefícios oriundos da realização de acordos, convênios e programas da SECTUR com instituições públicas, privadas, sociais ou acadêmicas, nacionais ou internacionais, o que traz o questionamento de como essas cidades vão se estruturar para receber os turistas e se posicionar no mercado como destino turístico nacional e internacional com restrições de recursos.

A SECTUR vai disponibilizar um Plano de Fortalecimento dos *Pueblos Mágicos* para consolidar o setor turístico nas cidades que receberem uma classificação global entre 20% e 50% na avaliação da SECTUR, que será executado juntamente com os estados e municípios dessas localidades. Na estratégia nacional, o governo federal estabeleceu alguns indicadores estratégicos para dar seguimento à essa nova visão da política nacional dos *Pueblos Mágicos*, sendo eles: percentual de satisfação dos moradores; porcentagem de Prestadores de Serviços Turísticos (PST) treinados nas cidades mágicas; tempo médio de permanência dos turistas; percentual de satisfação dos visitantes (México, 2020a). Dessa forma, a SECTUR busca com as mudanças contribuir para o alcance dos objetivos

propostos pelo programa, a fim de garantir o desenvolvimento socioeconômico dos 177 *Pueblos Mágicos* que compõem o programa.

4.2 Os resultados, potencialidades e fragilidades do Programa *Pueblos Mágicos*.

O setor turístico é um dos pilares da economia nacional, o que faz com que a SECTUR tenha como principal objetivo o posicionamento do México como uma potência turística competitiva, que “alcança um desenvolvimento equitativo, justo e equilibrado entre comunidades e regiões, por meio do uso sustentável do patrimônio cultural e natural”. (México, 2020a, p. 1).

O programa se diferencia dos demais por ser uma política pública que fomenta a participação social em seu discurso, por meio do *Comitê de Pueblos Mágicos*. Como foi apresentado no referencial teórico, o programa prioriza também a valorização dos elementos da cultura local, bem como as suas tradições, vestimentas, gastronomia e bebidas típicas. A conservação e valorização do patrimônio cultural tangível e intangível está explícita no primeiro objetivo do programa, que propõe uma estruturação da oferta turística complementar e diversificada para o interior do país, baseada nos elementos singulares e histórico-culturais (México, 2019a). O programa, também, promoveu o bom uso dos recursos e o desenvolvimento econômico.

Portanto, o programa se tornou uma estratégia propulsora para o desenvolvimento do turismo no país, com contribuições econômicas, sociais e culturais para destinos que englobam camadas sociais antes segregadas e distantes das políticas públicas. Muitos locais com riquezas culturais e naturais têm se desenvolvido por meio da atividade turística, proporcionando experiências únicas para os visitantes no país e valorizando a cultura local.

É evidente que algumas cidades do país se desenvolveram por meio do turismo e dos subsídios financeiros concedidos pelo programa. No entanto, o programa não logrou cumprir os objetivos estabelecidos no documento oficial e nem todos os destinos foram de fato beneficiados pela atividade turística como prometido. Ao refletir sobre as fragilidades identificadas, é possível concluir que o programa *Pueblos Mágicos* estabelece objetivos, diretrizes e recursos para o desenvolvimento socioeconômico das localidades inseridas no programa turístico, todavia, existe diferença entre a teoria e a prática. Nem todas as cidades

tiveram os seus problemas solucionados por meio do turismo, e, em alguns casos, o turismo se tornou um “vilão”, contrariando os objetivos propostos pelo programa.

O programa se apresentou como uma solução econômica para as localidades, com promessas de geração de emprego e renda por meio do turismo. No entanto, os grupos empresariais e os novos investidores alcançaram os maiores benefícios diante da realidade dos moradores e trabalhadores das cidades mágicas, que possuem apenas renda de subsistência e baixa qualificação profissional (Poncela, 2016).

Na análise de 123 municípios, com *Pueblos Mágicos*, realizada pelo governo federal em 2020 (México, 2020a), o documento informa que os registros do CONEVAL⁶, do ano de 2010, indicam que 52,9% da população vivia em condições de pobreza e 13,5% em extrema pobreza. Em 2015, os indicadores apresentaram uma melhora em relação ao ano de 2010, visto que naquele ano se registrou que 50,4% da população vivia em condições de pobreza e 8,7% em extrema pobreza. No entanto, apesar dos índices decrescerem, cabe mencionar que as porcentagens são muito superiores quando comparadas à média nacional registrada em 2015, apresentando-se em 43,9% de pobreza e 7,9% de extrema pobreza.

Além disso, os índices do CONEVAL revelam que os moradores desses destinos turísticos carecem de direitos sociais básicos, como água encanada e drenagem; e recebe renda abaixo da linha de bem-estar. No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos *Pueblos Mágicos*, segundo o informe mais recente, em 2015 somente 17 municípios de 123 cidades mágicas registraram um IDH superior ao valor médio dos municípios do país, de 0.759. A média nacional abrange os índices de saúde, renda e educação, com uma numeração de 0 a 1, em que o valor mais próximo de 1 indica maior desenvolvimento humano (México, 2020a).

Outra fragilidade do programa foi o direcionamento dos recursos financeiros, visto que de 2001 a 2018, 99% dos recursos foram destinados ao desenvolvimento de infraestrutura, serviços, reabilitação ou criação de lugares de interesse turístico e equipamentos. E apenas 1% dos investimentos foram destinados à inovação, capacitação e qualidade. Dessa forma, os *Pueblos Mágicos* acabam apresentando serviços turísticos de qualidade insuficiente, o que pode ser uma limitação para atrair turistas.

⁶ É uma organização pública descentralizada da administração pública federal, responsável por medir a pobreza no país e gerar índices que auxiliam os tomadores de decisão e os formuladores de políticas sociais (CONEVAL, n. d)

Nesse contexto, a ausência de atenção e investimentos para a capacitação e qualificação justificam os índices de carência social apresentados anteriormente. O desenvolvimento turístico e o bem-estar dos moradores e trabalhadores não foram associados, o que aumentou ou manteve a desigualdade existente nos *Pueblos Mágicos*. Os comitês cidadãos seriam os responsáveis por dar voz aos moradores e empresários locais, no entanto, observa-se a inexistência de critérios que garantam essa composição plural e igualitária, além da falta de articulação entre o setor público e privado (México, 2020a).

De acordo com Rodriguez Herrera *et al.* (2018), a implementação desses comitês desconsiderou o tecido social pré-existente, resultando em uma série de problemas nos destinos. A formação do comitê previa a reunião de representantes dos setores público e privado, que deveria funcionar como uma instância de consulta e análise dos projetos desenvolvidos no destino. No entanto, a governança não foi estimulada, assim como as comunidades locais não foram preparadas e incentivadas para participar do processo de tomada de decisão.

Portanto, o turismo não foi desenvolvido em todos os *Pueblos Mágicos* de forma justa e inclusiva, como foi prometido nos objetivos e nas diretrizes do programa. Com 23 anos de programa, o poder público não conseguiu estabelecer um sistema de informação estatística e geográfica que pudesse facilitar a visualização do impacto socioeconômico do turismo nesses municípios. O governo não cumpriu o que estava escrito, principalmente no que tange ao direcionamento dos subsídios financeiros, da eficácia de comitês cidadãos, do cumprimento dos requisitos de integração e permanência no programa e dos benefícios que deveria ofertar aos moradores locais.

Ademais, a ausência de dados limitou uma avaliação minuciosa do programa e do cumprimento dos seus objetivos, apesar de muitos pesquisadores contribuírem nesse aspecto, com estudos de caso de alguns *Pueblos Mágicos* do México ou na avaliação do programa em si, como foi o caso de Poncela (2016). A figura 4 a seguir resume a análise das potencialidades e fragilidades identificadas:

Figura 4 – Potencialidades e Fragilidades dos *Pueblos Mágicos* do México.

<p>Desenvolvimento local; conservação do patrimônio cultural; valorização das tradições, gastronomia e bebidas típicas; sentimento de pertencimento; oferta turística diversificada; destaque no mercado nacional e internacional.</p>	<p>Aumento do tráfego de veículos; violência e insegurança; privatização maquiada a partir da patrimonialização; empregos mal remunerados; gentrificação; mudanças na identidade local.</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Diante dessas afirmações, e com base no ciclo de construção de políticas públicas de Secchi (2012), nota-se que o governo mexicano não se atentou para as outras fases desse ciclo no Programa *Pueblos Mágicos*. O problema foi identificado (1) em 2001, ou anteriormente, baseado na seguinte questão “como desenvolver o país?”. Na fase da formação da agenda (2), da formulação de alternativas (3) e da tomada de decisão (4), o turismo foi apresentado como uma estratégia de desenvolvimento nacional, priorizando o turismo cultural em diferentes lugares do México.

Na fase da implementação (5) o Programa *Pueblos Mágicos* é implementado no país e as primeiras localidades recebem a nomenclatura. Com o passar do tempo, os subsídios financeiros são direcionados ao programa e o número de localidades cresce. No entanto, com o decorrer dos anos, houve uma diminuição dos aportes financeiros concedidos pelo programa, especialmente de 2016 a 2018 (México, 2018).

A fase de avaliação (6) da política pública não aconteceu em 17 anos do programa. Como foi mencionado, somente a partir das eleições de 2018, que a nova administração pública interrompe os subsídios financeiros e a chamada de novos municípios para incorporar o programa, a fim de analisá-lo e corrigir suas fragilidades. Desse modo, mudanças aconteceram no programa e novos objetivos foram estabelecidos a partir desta análise do governo federal.

A fase do ciclo de políticas “extinção” (7) não foi identificada, uma vez que o programa continua ativo.

Como síntese da análise do programa e de sua trajetória, segue o quadro 2:

Quadro 2 - Síntese das potencialidades e fragilidades do Programa *Pueblos Mágicos*.

Potencialidades	Fragilidades
<p>Apoio Financeiro do Governo Federal: O programa recebeu apoio financeiro substancial do governo federal por meio de subsídios, o que foi essencial para iniciar e dar continuidade às iniciativas de desenvolvimento turístico nas localidades designadas como <i>Pueblos Mágicos</i>.</p> <p>Fortalecimento da Oferta Turística: Os subsídios concedidos pelo programa foram direcionados para o desenvolvimento de infraestrutura, serviços turísticos, reabilitação ou criação de locais de interesse turístico e equipamentos. Isso contribuiu para fortalecer a oferta turística das localidades e melhorar sua capacidade competitiva.</p> <p>Reconhecimento Nacional e Internacional: A nomeação como <i>Pueblo Mágico</i> conferiu reconhecimento nacional e internacional às localidades, aumentando sua visibilidade e atraindo mais turistas. Isso pode resultar em benefícios econômicos e sociais para as comunidades locais.</p> <p>Coordenação Horizontal: O programa está alinhado com a Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, Ley General de Turismo e com o Plan Nacional de Desarrollo.</p> <p>Inclusão de Diversos Setores: A existência de um Comitê Cidadão como critério para a permanência das cidades no programa reforça a necessidade de inclusão de todos os setores envolvidos com a atividade turística, promovendo a participação da comunidade local e a construção de um turismo mais sustentável e inclusivo.</p>	<p>Ênfase na Infraestrutura em detrimento da Inovação e Qualidade: O programa se concentrou, principalmente, no desenvolvimento de infraestrutura e serviços turísticos, deixando em segundo plano o investimento em inovação, formação e qualidade. Isso pode limitar o potencial de crescimento e competitividade das localidades a longo prazo.</p> <p>Ausência de Coordenação Vertical: Apesar da coordenação horizontal entre os diferentes níveis de governo, a falta de coordenação vertical pode ter prejudicado a implementação eficaz das políticas e estratégias do programa, comprometendo sua eficácia e impacto.</p> <p>Falta de Concessões Financeiras Diretas: A ausência de concessões financeiras diretas para as localidades, pode representar um desafio para sua capacidade de se estruturar para receber turistas e se posicionar como destinos turísticos competitivos, tanto a nível nacional quanto internacional.</p> <p>Necessidade de Avaliação e Monitoramento Constantes: A falta de avaliação e monitoramento constantes pode dificultar a identificação de problemas e oportunidades de melhoria ao longo do tempo. É essencial implementar mecanismos eficazes de avaliação para garantir o alcance dos objetivos do programa e o uso eficiente dos recursos disponíveis.</p> <p>Desafios na Implementação da Nova Estratégia: A implementação da nova Estratégia Nacional de <i>Pueblos Mágicos</i> pode enfrentar desafios, incluindo a necessidade de alinhamento com políticas nacionais e locais, coordenação entre os diferentes níveis de governo e garantia de participação e inclusão de todas as partes interessadas.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2024.

No que tange o desenvolvimento por meio do turismo, o conceito adotado pelo programa ultrapassa o viés econômico, visando, também, o desenvolvimento social por meio da atividade turística. Na prática, de acordo com o conceito de desenvolvimento abordado por Sachs (2004), nem todos os *Pueblos Mágicos* alcançaram o desenvolvimento prometido, pois segundo o autor só existe desenvolvimento se houver redução da pobreza e das desigualdades sociais. No entanto, espera-se que com as mudanças realizadas pelo atual governo, a avaliação dessa política pública e de seus resultados de fato aconteça, proporcionando o cumprimento dos objetivos do programa na prática.

Nota-se uma percepção mais ampla sobre a coordenação de políticas públicas, ao se preocupar com o envolvimento dos estados e municípios para o desenvolvimento dessas cidades. A governança no que tange a inserção e cooperação entre atores governamentais e não-governamentais para a formulação de políticas públicas e tomada de decisão coletiva (Trentin, 2014), ainda é incipiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar o programa *Pueblos Mágicos*, apresentando os seus casos de sucesso e suas fragilidades. Como foi possível analisar, algumas cidades do país se desenvolveram por meio do turismo e dos subsídios financeiros concedidos pelo programa. No entanto, o desenvolvimento prometido não foi exitoso em todos os 177 *Pueblos Mágicos*.

De acordo com a análise, o turismo trouxe alguns impactos negativos para os moradores e trabalhadores locais, principalmente nas áreas sociais, econômicas e ambientais, contrariando os objetivos propostos pelo programa. Os destinos possuem potencial turístico e cultural, mas têm marcado em seus territórios a desigualdade social, a desqualificação profissional e a ausência de engajamento social para participar dos processos de tomada de decisão e formulação de políticas públicas.

Os aspectos apresentados revelam a necessidade de uma atenção especial em relação ao programa em vigência. Como foi apontado anteriormente, o programa se preocupou mais com o embelezamento das cidades, mas pouco se investiu em qualificação e inovação. Dessa forma, as cidades mágicas não conseguiram alcançar o êxito sozinhas, como o esperado. O governo atual apresentou mudanças no programa, principalmente no que tange o fortalecimento da sociedade civil organizada, em forma de comitês cidadãos, além do planejamento e coordenação de políticas públicas, por meio de documentos como planos municipais e planos de fortalecimento. A partir das experiências passadas, o governo compreendeu que é preciso investir em avaliações dos *Pueblos Mágicos*, a fim de fazer um acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico dessas localidades.

Espera-se com a presente pesquisa contribuir para as investigações futuras e que a nova gestão consiga lidar com as fragilidades existentes, pois o programa se apresenta

com grande potência para o desenvolvimento dessas localidades, principalmente pelo potencial cultural existente.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, J. M. L.; POCINHO, M.; NECHITA, F. Tourism and public policy. **Series V: Economic Sciences**, v. 12, n.1, p. 77-86, 2019. Disponível em: https://webbut.unitbv.ro/index.php/Series_V/article/view/1224/1102. Acesso em: 05 dez. 2023.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 6. ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- CLAUSEN, H. B.; GYIMÓTHY, S. Seizing community participation in sustainable development: Pueblos Mágicos of Mexico. **Journal of Cleaner Production**, v. 111, p. 318-326, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S095965261500089X>. Acesso em: 01 dez. 2023.
- CONEVAL. México. **Medición de la Pobreza: Pobreza en México**. Disponível em: <https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Pobreza-2018.aspx>. Acesso em: 04 fev. 2024.
- CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DATATUR – ANÁLISIS INTEGRAL DEL TURISMO. México. **Ranking Mundial del Turismo Internacional**. Disponível em: <https://www.datatur.sectur.gob.mx/SitePages/RankingOMT.aspx>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- DIAS R.; MATOS, F. “O conceito de política pública”. In: **DIAS, R e MATOS, F. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012, p. 1-21.
- FLAGLIARI, G. S. **Turismo e Alimentação: análises introdutórias**. São Paulo: Roca, 2005.
- FLORES-ROMERO, M. B.; PÉREZ-ROMERO, M. E.; ÁLVAREZ-GARCÍA, J.; RÍO-RAMA, M. C. Bibliometric mapping of research on magic towns of Mexico. **Land**, v. 10, n. 8, p. 852, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-445X/10/8/852>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- GARCÍA, M. A. V. La formulación de las políticas públicas de turismo en México. El caso del programa federal “Pueblos Mágicos” 2001-2012. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 21, p. 89-110, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/162/16229723006.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.
- GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas**. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, n.1, p. 44-45, 2002.
- GONZÁLEZ, M. V. Gestión pública del turismo. La gobernanza. In: PULIDO FERNÁNDEZ, J. I.; LÓPEZ SÁNCHEZ, Y. (Eds.). **Gestión estratégica sostenible de destinos turísticos**. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, 2013, p. 469-520. ISBN 978-84-7993-229-9. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10334/3636>. Acesso em: 04 dez. 2023.
- HERNÁNDEZ FLORES, J. A. The gentrifying role of the “Pueblos Mágicos” Program. The case of San Pedro and San Andrés Cholula, Puebla. **Estudios demográficos y urbanos**, v. 38, n. 3, p. 715-761, 2023. DOI: 10.24201/edu.v38i3.2134. Disponível em: <https://estudiosdemograficosyurbanos.colmex.mx/index.php/edu/article/view/2134>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- HERNANDEZ LOPEZ, J. J. Tequila: centro mágico, pueblo tradicional. ¿Patrimonialización o privatización?. **Andamios**, México, v. 6, n. 12, p. 41-67, dez. 2009. Disponível em: <https://andamios.uacm.edu.mx/index.php/andamios/article/view/134>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- LEVI, L. L. Las territorialidades del turismo: el caso de los Pueblos Mágicos en México. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 6-24, 2018. DOI: 10.5216/ag.v12i1.45803. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/45803>. Acesso em: 10 dez. 2023.

LOHMANN, G. et al. O Futuro do turismo no Brasil a partir da análise crítica do período 2000-2019. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. e-2456, 2022. DOI: 10.7784/rbtur.v16.2456. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2456>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MALDONADO, M. R.; RAMÍREZ, I. L. Patrimonialización, desarrollo, gobernanza y gubernamentalidad en Malinalco, Pueblo Mágico. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 9, n. 2, p. 92-116, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/567>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MÉXICO. Acuerdo por el que se establecen los Lineamientos generales para la incorporación y permanencia al Programa Pueblos Mágicos. **Diario Oficial de la Federación (DOF)**, Cidade do México, 26 set. 2014. Disponível em: http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5361690&fecha=26/09/2014. Acesso em: 04 jan. 2024.

MÉXICO. Secretaría de Turismo (SECTUR). **Libro Blanco del Programa de Desarrollo Regional Turístico Sustentable y Pueblos Mágicos (PRODERMAGICO) y Programas que le antecederon, 2012-2018**. Disponível em: <http://www.sectur.gob.mx/wp-content/uploads/2018/10/Libro-Blanco-PRODERMAGICO.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2024.

MÉXICO. Secretaría de Turismo (SECTUR). **Estrategia Nacional de Turismo 2019-2024 tendrá un sentido democrático: Miguel Torruco**. Disponível em: <https://www.gob.mx/sectur/prensa/estrategia-nacional-de-turismo-2019-2024-tendra-un-sentido-democratico-miguel-torruco>. Acesso em: 09 mar. 2024.

MÉXICO. Sistema de Información Legislativa – SIL. **Proposición Con Punto De Acuerdo, Para Exhortar A La Sectur A Hacer Del Conocimiento Público El Plan De Trabajo, Los Recursos Utilizados, Los Objetivos, Las Zonas De Aplicación Y Las Metas Logradas Por El Programa Barrer Y Pintar, Aplicado En Pueblos Mágicos Del País, Suscrita Por La Diputada Claudia Reyes Montiel E Integrantes Del Grupo Parlamentario Del Prd**. Cidade do México: Palacio Legislativo de San Lázaro, 18 set. 2019b. Disponível em: <http://sil.gobernacion.gob.mx/portal>. Acesso em: 04 fev. 2024.

MÉXICO. ACUERDO por el que se expide la Estrategia Nacional de Pueblos Mágicos. **Diario Oficial de la Federación (DOF)**, Cidade do México, 01 out. 2020a. Disponível em: https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5601638&fecha=01/10/2020. Acesso em: 04 jan. 2024.

MÉXICO. Secretaría de Turismo (SECTUR). **Anuncia la Secretaría de Turismo once nuevos Pueblos Mágicos**. Disponível em: <https://www.gob.mx/sectur/prensa/anuncia-la-secretaria-de-turismo-once-nuevos-pueblos-magicos>. Acesso em: 04 mai. 2024.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OEHMICHEN BAZAN, C.; MAZA CABRERA, F. D. L. Turismo, pueblos indígenas y patrimonio cultural en México y Chile. **PASOS-Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 17, n. 1, p. 53-64, 2019. Disponível em: <https://www.pasosonline.org/es/articulos/1225-x-97>. Acesso em: 28 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **México: Propiedades inscritas em la Lista del Patrimonio Mundial**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/statesparties/MX>. Acesso em: 02 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **World Tourism Barometer**. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/demanda/UNWTO_World_Turism_Barometer_2019_Edition.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

SIQUEIRA, E. D.; DIAS, N. C. “A Cachaça É Nossa”: Cultura E Ideologia Na Construção Da Identidade Nacional Brasileira. In: **VII Jornadas Santiago Wallace de Investigación en Antropología Social**. Sección de Antropología Social. Instituto de Ciencias Antropológicas. Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 2013, p. 1-18.

PÉREZ-ROMERO, M. E.; FLORES-ROMERO, M. B.; ÁLVAREZ-GARCÍA, J.; DEL RÍO-RAMA, M. C. Análisis de la competitividad de los pueblos mágicos de México como destinos turísticos. In: **International Congress on Innovation and Sustainable ICONIS**, Sydney-Australia, Outubro 28-30, p. 54-57, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uptc.edu.co/server/api/core/bitstreams/54e5cb3a-56d5-4447-a508-708b8ce6e2b6/content#page=52>. Acesso em: 07 dez. 2023.

PONCELA, F. M. A. Una revisión del programa Pueblos Mágicos. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, v.10, n. 1, p. 03-34, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/944>. Acesso em: 08 dez. 2023.

RODRIGUEZ HERRERA, I. M.; PULIDO FERNÁNDEZ, J. I.; VARGAS-VÁZQUEZ, A.; SHAADI-RODRÍGUEZ, R. M. A. Relational dynamic in magical towns of Mexico. Study of the implications of tourism policy based on social networks analysis. **Turismo y Sociedad**, v. 22, p. 85-104, 2018. DOI: 10.18601/01207555.n22.05. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5762/576262645005/576262645005.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ROSAS-JACO, M. I.; ALMERAYA-QUINTERO, S. X.; GUAJARDO-HERNÁNDEZ, L. G. Los comités pueblos mágicos y el desarrollo turístico: Tepetzotlán y El Oro, Estado de México. **Agricultura, sociedad y desarrollo**, Texcoco, v. 14, n. 1, p. 105-123, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-54722017000100105&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2023.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. (Especialização – Módulo Básico). ISBN 978-85-7988-218-0. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401317/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GP%20-%20Políticas%20Publicas%20-%203ed%202014%20-%20GRAFICA%20atualizado.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2023.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAN PEDRO TLAQUEPAQUE (Município). **Programa de Desarrollo Turístico Municipal**. Disponível em: <https://transparencia.tlaquepaque.gob.mx/wpcontent/uploads/2016/01/Gaceta-Tomo-XXXVIII-SUPLEMENTO.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2024.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SOUZA, C. **Coordenação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-44, 2006.

TRENTIN, F. **Políticas de Turismo no Brasil: Tomada de decisão e a análise das Estruturas de governança nos destinos turísticos de Armação dos Búzios e de Paraty, Estado Do Rio De Janeiro, Brasil**. Tese (Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução às ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URIBE, A. C. R.; AVALOS, E. A. G.; VILLA, J. M. Q. Educación en gastronomía: su vínculo con la identidad cultural y el turismo. **El periplo sustentable**, Toluca, n. 32, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-90362017000100009&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2023.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIZCAINO-SUÁREZ, L.P.; SERRANO-BARQUÍN, R.; CRUZ-JIMENÉZ, G. Turismo, alfarería y trabajo femenino en el Pueblo Mágico de Metepec. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, México, v. 15, n.2, p. 391-407, 2017. Disponível em: <https://observatoriocultural.udgvirtual.udg.mx/repositorio/bitstream/handle/123456789/1251/Vizcaino%20.%20Turismo%2c%20alfarere%3%ada%20y%20trabajo%202017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 dez. 2023.